



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição com instalação piso vinílico, conforme condição, quantidade e exigência estabelecida neste instrumento:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNID.	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$/m²)	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
Fornecimento com instalação de piso vinílico com 2,00 mm de espessura, em placas de 305 x 305 mm, produto homogêneo e com desenho passante, peso médio de 4,08 kg/m², resistente a agentes químicos (NBR 7374), propagação superficial de chama classe A (NBR 9442), estabilidade da cor $\geq 4$ (NBR 7374), resistividade elétrica superficial $1,65 \times 10^{13} \Omega$ (ASTM D 257), classificação de uso comercial 33, na cor Âmbar A 691, padrão das edificações, ou eventualmente outra a ser definida pela fiscalização no momento da solicitação, incluindo a necessidade eventual de remoção de placas existentes e regularização/recomposição do contrapiso. O produto deverá chegar lacrado, na embalagem original do fabricante, na qual conste todas as suas informações.	5312 CATSER	m²	100	4.171,00	4.171,00	143,31	597.746,01

1.2. Não haverá cota reservada para ME/EPP em virtude da necessidade de se manter a padronização dos itens a serem adquiridos, com vistas a evitar o fornecimento de produtos distintos. Sendo assim as hipóteses do art. 10 do Decreto nº 8.538 de 2015 não incidem na presente contratação.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do termo de contrato, ou outro instrumento equivalente (art. 62 da lei 8.666/93), prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.1. Tal prazo é o necessário para fornecimento e instalação do produto, recebimento provisório, definitivo e pagamento.

1.4. Os bens deverão ser entregues e instalados em perfeitas condições de uso, sem necessidade de reparos posteriores.

1.5. Juntamente com a proposta deverão ser entregues catálogos, folhetos ou instrumentos similares dos fabricantes dos produtos nos quais constem:

1.5.1. Todas as especificações apresentadas pelo fornecedor em sua proposta.

1.5.2. As especificações requeridas se mostram as necessárias para que a Administração alcance o objetivo pretendido com a contratação, não se tratando de critérios que buscam restringir ou limitar a competitividade. Buscou-se, inclusive, reduzir ao máximo a indicação de marcas de referência, visto que uma gama de fabricantes consegue atender às especificações postas nos itens a serem adquiridos.

1.5.3. Os catálogos, folhetos ou instrumentos similares dos fabricantes dos produtos deverão ser entregues em versão em português e, quando cabível, deverão ter a relação da rede de assistência técnica autorizada.

## 2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. O objeto a ser contratado é comum, nos termos do art. 1º, da Lei 10.520/2002, pois seus padrões de desempenho foram objetivamente definidos neste Termo de Referência.

## 5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da Contratada e/ou no Edital como requisito previsto em lei especial.

5.1.1. A Contratada deverá efetuar a limpeza total dos resíduos gerados pela instalação e o descarte ambientalmente adequado.

## 6. **CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

6.1. Poderão ser exigidas, a critério da administração, amostras/protótipos do licitante classificado em primeiro lugar, para análise e testes, nos termos do Edital.

6.2. Para aceitação dos produtos entregues, serão analisadas as características dos materiais de acordo com o previsto neste Termo de Referência.

## 7. **DA AMOSTRA**

7.1. Após as fases de aceitação da proposta da empresa, poderá ser exigida da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar a apresentação de amostras para os itens aceitos.

7.2. A entrega da amostra deverá ocorrer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro, para ser analisada pela fiscalização do contrato a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o objeto desta contratação conforme

descrição completa dos itens apresentada na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência, que emitirá parecer em que constará amostra "aprovada sem ressalvas", "aprovada com ressalvas" ou "reprovada". As peças fornecidas posteriormente de forma definitiva também serão submetidas a verificação.

7.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração na forma de amostra serão tratados como protótipos e poderão ser manuseados, desmontados, deformados e cortados para realização dos testes, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem. As amostras ficarão retidas para comparação com o material a ser entregue e só serão devolvidos à empresa depois da entrega definitiva do objeto da compra.

7.4. As amostras/protótipos apresentados pelos licitantes deverão ser de lote comercial, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras.

7.5. Os custos das amostras ocorrerão às expensas da empresa licitante.

7.6. Se a amostra não atender integralmente às especificações apresentadas na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência, a licitante será desclassificada e a retirada do bem deverá ocorrer em, no máximo, 10 (dez) dias, contados da data da comunicação oficial do Pregoeiro quanto à reprovação.

7.7. A não apresentação de amostras ou a apresentação fora do prazo ou em desacordo com as especificações técnicas e outras condições descritas neste Termo de Referência e seus anexos ocasionará a desclassificação da licitante, convocando-se a próxima empresa com proposta mais vantajosa.

## 8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os itens deverão ser fornecidos parceladamente, nos locais indicados abaixo e a instalação será conforme indicação da fiscalização do contrato, de acordo com os quantitativos mínimos de cada pedido, respeitando as quantidades totais mínima e máxima.

LOCAL	UASG	ENDEREÇO
BRASÍLIA-DF	110120	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01. Contato: (61) 3445-9776, (61) 3445-9643 ou (61) 3445-9642 no horário de 08:00 às 17:00.

8.1.1. O prazo de fornecimento e instalação dos itens, contados da realização da medição e conferência das condições pela Contratada, dos locais em que serão aplicados, seguirá o escalonamento apresentado abaixo em função dos quantitativos requisitados em cada pedido.

DESCRIÇÃO/PRAZO	30 DIAS	45 DIAS	60 DIAS
PISO VINÍLICO	ATÉ 1000 m <sup>2</sup>	ACIMA DE 1000 m <sup>2</sup> e MENOR OU IGUAL A 1500 m <sup>2</sup>	ACIMA DE 1500 m <sup>2</sup>

8.1.2. A medição dos locais de aplicação será realizada pela Contratada sob supervisão da Contratante e deverá ter início em, no máximo, 15 (quinze) dias após o recebimento do pedido de fornecimento da Contratante.

8.1.2.1. Os pedidos serão realizados através da emissão de Ordem de Serviço, conforme Modelo SEI nº 0657867.

8.1.2.2. Caso a Contratada opte pela não realização da medição dos locais, o prazo para fornecimento e instalação começará a vigor imediatamente.

8.1.3. A contratada ainda deverá:

8.1.3.1. Apresentar à contratante, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para execução do serviço;

8.1.3.2. Apresentar, em cada fornecimento, as características do produto que está sendo fornecido e instalado, para fins de conferência.

8.1.3.3. Executar o fornecimento e instalação dos itens em compatibilidade com os projetos e orientações fornecidos por escrito pela fiscalização do contrato, devendo adequar o ritmo de suas atividades às atividades acessórias da Administração, como passagem de cabeamento elétrico e de rede lógica, por exemplo;

8.1.3.4. Planejar e executar suas atividades de modo a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho, preservar a saúde de seus empregados e o meio ambiente;

8.1.3.5. Executar os serviços em horários definidos pelo CONTRATANTE, podendo executá-los em horários distintos somente com a autorização da mesma;

8.1.3.6. Seguir as recomendações do fabricante do produto, sob pena de não aceitação do material.

8.1.3.7. Efetuar a regularização/recomposição do contrapiso quando necessário para perfeita instalação dos pisos dos vinílicos;

8.1.3.8. Remover mobílias que eventualmente estejam atrapalhando a instalação dos itens contratados;

8.1.3.9. Manter placas de sinalização e isolamento durante a execução dos serviços, visando evitar acidentes com pessoas e patrimônio de terceiros;

8.1.3.10. Efetuar a limpeza total dos resíduos gerados pela instalação e o descarte ambientalmente adequado.

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez), contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e termo de garantia, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

10.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.2. Para fins de pagamento, será considerada a quantidades de pisos vinílicos efetivamente instalados cujas instalações sejam julgadas aceitáveis pela Fiscalização.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
------------	-------------------	--

## 15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão da pequena monta do material objeto deste Termo de Referência.

## 17. GARANTIA CONTRATUAL DO OBJETO

17.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal (90 dias), será de, no mínimo, 9 (nove) meses - ou pelo prazo fornecido pelo respectivo fabricante, se superior - contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

17.2. Assim, os objetos deverão possuir garantia mínima de 1 (um) ano.

17.2.1. A necessidade da garantia no período exigido se dá para assegurar a qualidade do material fornecido, evitando retrabalhos e gastos em um curto período de tempo.

17.2.2. Durante o prazo de garantia, a contratada obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer objeto que apresente defeito que não decorra do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

17.2.3. Incumbe à contratada o ônus da prova da origem do defeito.



17.3. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

17.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

17.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

17.6. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados inicialmente.

17.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

17.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

17.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar produto equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

17.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia.

17.11. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

17.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.
- II - **Multa:**

a) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

18.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de

infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

19.3.1.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica pode(m) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

19.3.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) encaminhado(s), apresentando, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega dos bens

19.3.1.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) fornecimento e instalação de piso vinílico em área mínima de 417 m².

19.3.1.4. Não será admitido o somatório de quantitativos de diferentes atestados a fim de alcançar o quantitativo mínimo exigido, dada a diferença técnica, operacional e gerencial a ser utilizada para a execução de quantidades maiores.

19.3.1.5. Será permitido um atestado para comprovação dos serviços de fornecimento e um atestado para comprovação dos serviços de instalação, desde que cada um desses atestados contenha no mínimo a quantidade exigida no tópico.

19.4. O critério de julgamento da proposta será o de menor preço.

19.5. O critério de aceitabilidade de preço será de no máximo R\$ 597.746,01 (quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais e um centavo);

19.5.1. Valores unitários: conforme tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

19.5.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O custo estimado da contratação é R\$ 597.746,01 (quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais e um centavo).

21. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

21.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023.

**COORDENADOR DE ENGENHARIA E OBRAS**

---

**Referência:** Processo nº 00091.004646/2022-16

SEI nº 0816942

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -